

Humberto Augusto Meratti de Oliveira

**PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS
NO INTERIOR PAULISTA**

CELACC/ECA-USP

2014

Humberto Augusto Meratti de Oliveira

**PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS
NO INTERIOR PAULISTA**

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob a orientação da Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva.

SÃO PAULO

2014

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva, por acreditar, pelo incentivo, orientação e apoio.

Aos companheiros de batalha no campo da gestão cultural, que me cederam suas entrevistas para a realização deste trabalho.

Ao Celacc, pela oportunidade de realização deste trabalho e pela bolsa concedida.

Aos professores Dr. Dennis de Oliveira, Dr. Silas Nogueira, Dra. Bernadete Toneto e Dr. Roberto Coelho, cujas sugestões foram de grande valia para meu aprimoramento pessoal e profissional, durante este tempo de aprendizagem (fora a paciência que tiveram comigo).

Aos amigos celaquianos Marjorie Prado, Ferran Riera, Guilherme Lima, Tony Nakatani e Aluizio Marino, por toda a ajuda que me deram neste período, sempre incentivando e pegando no meu pé.

Ao grande amigo que ganhei por meio do Celacc, João Roquer.

Aos amigos da velha-guarda e do bullying, Leandro Morales Baier Stefano, Thiago Pasetchny, Eduardo Keiner, Alexandre Disperati, Rafael Ostoreiro e Carlos la Femina, por me apoiarem em todos os momentos.

Às tias Rachel, Nice e Andréia, pelas brigas e puxões de orelha.

Aos meus padrinhos Vanderley e Cida, por me darem limões sempre que os visito e, por me emprestarem a CNH para transferir minhas multas.

Aos meus pais Vandercy e a Cecilia, além da minha avó, Benedita, por serem minhas maiores inspirações e tudo o que sou (sou devido a vocês).

Ao meu irmão e também amigo Marcelo, que me inspira em muitas coisas, inclusive nas palavras copiadas de Raul Seixas do seu TCC de mestrado.

E em especial a minha namorada Ana Paula, que frente aos desafios, me dá colo e carinho sempre que preciso.

*Um sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só.
Mas um sonho que se sonha junto
É realidade.*

Raul Seixas

UM PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO INTERIOR PAULISTA

Humberto Augusto Meratti de Oliveira¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação das políticas públicas culturais nos municípios de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba, confrontando as informações históricas e atuais das políticas públicas culturais brasileiras, especialmente o Plano Nacional de Cultura. Após pesquisa bibliográfica, análise dos relatórios produzidos durante o projeto *Caravanas da Gestão Cultural* e aplicação de questionários semiestruturados, sugere-se que grande parte dos municípios considerados ainda não conseguiu atingir as metas que possibilitariam um pleno desenvolvimento cultural.

Palavras chave: sociedade civil, agente cultural, políticas públicas culturais, Sistema Nacional de Cultura.

Abstract

The main aim of this study is to investigate of the cultural public policies situation the Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté and Ubatuba municipalities, confronting historical and current information of Brazilian public policies. After literature review, analysis of reports produced during the Cultural Caravan Project Management and application of semi-structured questionnaires, it is suggested that most municipalities considered still failed to achieve the goals that would keep a full cultural development.

Keywords: civil society, cultural agent, cultural public policies, national culture system.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar las políticas públicas culturales de los municipios de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté y Ubatuba, comparando la información histórica y actual de las políticas públicas brasileñas. Después de revisión de la literatura, el análisis de los informes producidos durante la Caravana de Gestión de Proyectos Culturales y aplicación de cuestionarios semiestruturados, se sugiere que la mayoría de los municipios considerados todavía no han alcanzado las metas que mantendrían un desarrollo cultural.

Palabras clave: Sociedad civil, agente cultural, políticas públicas culturales, sistema nacional de cultura.

¹Graduado em Administração de Empresas na Faculdade Módulo Paulista (2004), especializado em Comunicação Empresarial na Universidade São Judas Tadeu (2010). Já ministrou cursos e workshops de Elaboração de Projetos pela a Incubadora de Projetos e Iniciativas Culturais (Ipic), produziu mais de 45 projetos voltados as artes cênicas, edições de livros e shows, viabilizados todos pela a Lei Rouanet.

Sumário

Introdução.....	6
O percurso das políticas públicas culturais no Brasil.....	7
O papel dos agentes culturais e da sociedade civil.....	12
A situação das políticas públicas culturais em alguns municípios do Vale do Paraíba.....	13
Considerações finais.....	18
Referências bibliográficas.....	21
Anexos.....	22
1. Entrevista com Felipe Nobre de Oliveira.....	22
2. Entrevista com José Celso da Silva.....	23
3. Entrevista com Alexandre Malosti.....	24
4. Entrevista com Marília Lemos Maia.....	25
5. Entrevista com Camila Ferreira Marujo.....	27
6. Autorizações.....	29
Apêndices.....	34
1. Proposta Caravana da Gestão Cultural para a Oficina Cultural Altino Bondesan....	34
2. Relatório Ipic: Jacareí.....	35
3. Relatório Ipic: Pindamonhangaba.....	36
4. Relatório Ipic: Guaratinguetá.....	38
5. Relatório Ipic: Taubaté.....	39
6. Relatório Ipic: Ubatuba.....	41

Introdução

Objetivou-se, com o presente artigo, explicitar a importância, a implementação e a efetivação das políticas culturais para a promoção e a produção dos agentes culturais de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba, municípios do interior do estado de São Paulo.

A realização de pesquisas bibliográficas sobre políticas públicas atuais – entre elas, o Plano Nacional de Cultura –, a coleta de informações sobre as políticas culturais, por meio dos relatórios produzidos no projeto *Caravanas da Gestão Cultural*, e a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes culturais dos municípios em estudo, entre 9 e 13 de julho de 2014, serviram de base para as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa.

Um breve panorama das políticas públicas culturais foi traçado a partir da contextualização histórica e do papel do agente cultural e da sociedade civil. Em um segundo momento, tratou-se da ação do projeto *Caravanas da Gestão Cultural* e, posteriormente, da situação das políticas públicas nos municípios do interior do estado de São Paulo em estudo.

Durante o mês de maio de 2014, o projeto *Caravanas da Gestão Cultural*, organizado pela Incubadora de Projetos e Iniciativas Culturais (Ipic), percorreu os municípios de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba, desenvolvendo atividades relacionadas à Gestão Cultural. O grupo responsável pelo projeto permanecia no local cedido pelos órgãos de cultura, durante o período de oito horas, realizando as seguintes atividades: incubação de projetos individuais direcionada aos artistas, produtores, agentes, gestores e coletivos e realização de *workshop*, que tratava da análise conjuntural das políticas públicas culturais desenvolvidas pelos municípios. Após o término de cada atividade, um relatório final (Cf. Apêndices 1-6) foi encaminhado para a Oficina Cultural Altino Bondesan.

O Plano Nacional de Cultural (PCN) foi instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Está sob supervisão do Ministério da Cultura e foi implementado na gestão do ministro Gilberto Gil (RUBIM, 2007, p.13). A elaboração e a articulação do PNC incentivou a participação do Estado na formulação e implementação de políticas de cultura, agregou os municípios e a sociedade civil e incluiu a participação dos agentes culturais.

O PCN visa: o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da

diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão. Para que atinja seus objetivos, é necessário que o PCN cumpra as suas 53 metas até o ano de 2020 (BRASIL, 2014).

Para o PNC viabilizar essas ações, seus mecanismos de apoio são: o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); o Sistema Nacional de Cultura (SNC); o Fundo Municipal de Cultura (FMC); a cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro; a capacitação dos agentes culturais, gestores da cultura e conselheiros apoiados pelo Ministério da Cultura; além da instalação de secretarias de cultura exclusivas etc. (BRASIL, 2011, p.14).

Vaz, Faria e Souza (1997) propõem que os agentes culturais podem ser caracterizados como cidadãos tanto do poder público, como da sociedade civil. Estabelecem a ligação entre o poder público e as comunidades, possuem poderes decisórios na gestão da política cultural, atuando principalmente como incentivadores, socializadores e mobilizadores das práticas culturais democráticas da sociedade que representam.

Segundo Nogueira (2003, p.216), a sociedade civil é formada por pessoas que representam um determinado território, um país, uma nação, ou um grupo que busca delinear estratégias de convivência com o mercado, propor programas democráticos e legitimar propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Essas pessoas questionam o excessivo poder governamental do aparelho de Estado e suas políticas, combatendo a globalização neoliberal. Porém, sabe-se que as políticas públicas estão tradicionalmente marcadas pela ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2007, p.2).

As políticas públicas estão enraizadas em três concepções de políticas culturais: a populista, a da cultura oficial produzida pelo Estado e a neoliberal (CHAUÍ, 2006, p.67), abordadas na próxima seção.

O percurso das políticas públicas culturais no Brasil

Diferentemente do que ocorria em outros países, as ações culturais no Brasil restringiam-se às áreas de preservação do patrimônio, desde o período imperial até ao período republicano (RUBIM, 2007, p.3).

Na Era Vargas, foram criadas legislações para o cinema, a radiofusão, as artes, as profissões culturais e implementados o Ministério de Educação e Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e, em 1937, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que privilegiava a cultura monumental, ocidental, branca e católica.

As demais áreas, como as culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e midiáticas, eram reprimidas ou silenciadas, recebendo pouco incentivo (RUBIM, 2007, p.6). As políticas públicas culturais apoiadas pelo governo eram implementadas pelo Estado com autoritarismo, (RUBIM, 2007, p.4).

Consoante Chauí (2006, p.67), essas ações eram reflexos de uma tradição populista, ligada ao vanguardismo político do Partido Comunista, cuja pretensão era a de que o órgão público de cultura educasse as massas populares. O Estado apropriava-se da cultura popular, transformava-a e, então, ela era “devolvida” ao povo. Os órgãos públicos de cultura na época eram vistos como agentes de salvação sociopolítica, e ao “povo”, cabia o papel de se reconhecer nas formas e nos conteúdos que lhes eram oferecidos pelo Estado.

Durante o regime de Ditadura Militar, além de os intelectuais e os artistas sofrerem repressão, censura e perseguição, sendo alguns assassinados ou exilados, os militares investiram no desenvolvimento das indústrias culturais, criaram legislações culturais, equipamentos e organismos culturais, como: o Instituto Nacional de Cinema, em 1966; a Empresa Brasileira de Filme (Embrafilme), em 1976; a Fundação Nacional das Artes (Funarte), em 1975, entre outros (RUBIM, 2007, p.5).

Porém, os governos de Vargas e dos militares atravessaram instabilidades, o que fez com que órgãos e entidades culturais importantes, a exemplo do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, criado em 1938, e o ISEB fossem fechados (RUBIM, 2007, p.7)

Segundo Chauí (2006, p.67), a cultura oficial produzida pelo Estado colocava o poder público na qualidade de sujeito cultural e de produtor da cultura, determinando para a sociedade, formas e conteúdos culturais, que reforçavam sua ideologia. Desta forma, a cultura tornava-se um instrumento de distribuição de recursos e de distribuição de trabalhos que justificava o regime político autoritário. Essa tradição também fora verificada por Rubim (2007) na Era Vargas.

Apesar da criação do Ministério da Cultura no início da Nova República (1985), o Estado ausentou-se e perdeu seu poder de decisão. A criação do mecanismo federal de incentivo à cultura denominado “Lei Sarney” foi uma das políticas públicas culturais

perversas que restringiu o Estado ao papel de financiador e regulamentador e apoiou a iniciativa privada por meio da isenção fiscal de imposto de renda, patrocinando projetos culturais de maneira desigual e elitista (RUBIM, 2007, p.3).

Chauí (2006, p.68) propõe que o neoliberalismo começou a se desenvolver no país no início da Nova República. Neste momento, em vez de assegurar os direitos e enfatizar a cidadania cultural, o papel do Estado no plano cultural foi minimizado, pois os órgãos públicos de cultura ficaram a serviço dos conteúdos e padrões impostos pela indústria cultural e mercado, que se tornou um novo modelo de gestão administrativa e de políticas públicas. No ideologia neoliberal, a cultura é convertida na compra de serviços culturais, cujo critério de avaliação é mercadológico, firma privilégios e exclusões, apoiando manifestações narcisísticas.

Com a entrada do presidente Collor, em 1990, novamente presenciou-se a “instabilidade” exposta anteriormente. Neste governo, vários órgãos e equipamentos culturais importantes foram fechados, entre eles o Ministério da Cultura e a Funarte. Em 1993, o governo de Itamar Franco os reabriu e, durante o Governo de Fernando Henrique (1995 a 2003), quase nada de relevante ocorreu no cenário cultural e para as políticas públicas (RUBIM, 2007, p.8).

As mudanças positivas do cenário cultural e das políticas públicas ocorreram durante o governo Lula (2003 a 2010), quando Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura e propôs a ativa participação do Estado na formulação e implementação das políticas de cultura. O conceito de cultura foi ampliado e incluiu as manifestações populares, afro-brasileiras, indígenas, de diferentes orientações sexuais, das periferias, entre outras. As ações culturais foram realizadas com o apoio dos agentes culturais da sociedade civil, por meio de seminários e conferências (RUBIM, 2007, p.11) e com o desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), em parceria com os governos estaduais, os municípios e a sociedade civil. Além disso, foram desenvolvidos programas como Cultura Viva, relacionado aos Pontos de Cultura, uma parceria voluntária entre Estado e a sociedade (RUBIM, 2007, p.13).

Chauí (2006, p.65) sugere que a proposição de uma política pública pressupõe decisões amplas, definição de prioridades, planejamento dos recursos, garantia e criação de direitos e desmonte de privilégios. A política pública, segundo a autora, deveria privilegiar o acesso e o direito à cultura, possibilitando a produção cultural e a invenção de novos significados culturais. Além disso, deveria permitir que os agentes culturais e a sociedade

participassem das decisões relativas ao fazer cultural e usufríssem dos bens produzidos, por meio da ampliação das informações sobre os serviços culturais existentes, o que permitiria maior abertura para a formação cultural e artística e valorização dos espaços de reflexão, debate e crítica.

Por meio de políticas públicas culturais, o governo, os estados e os municípios deveriam estimular e promover condições para que a população criasse e participasse da invenção cultural, sem o monopólio da iniciativa privada. Isso poderia ser feito pela recepção, discussão, avaliação dos projetos solicitados pela sociedade civil ou pelos agentes culturais, sejam eles gestores de órgãos públicos ou produtores, com apoio de colegiados. A realização de fóruns e de conselhos participativos poderiam auxiliar a troca de experiências culturais e reduzir o estigma social causado pela divisão entre centro e periferia (CHAUÍ, 2006, p.71).

O Plano Nacional de Cultura propõe 53 metas a serem atingidas até 2020. A unificação dos dados estatísticos da cultura no Brasil, coletados com o auxílio dos estados, municípios e dos agentes culturais, permitiria aperfeiçoar o direcionamento das políticas culturais e aprimorar a aplicação dos recursos para a cultura pelo governo federal (BRASIL, 2011, p.18). É necessário que todos os estados brasileiros e pelo menos 60% dos municípios façam seus cadastros no Sistema Nacional de Cultura (SNC) por meio do *site* <www.cultura.gov.br/snc> (Figura 1), para que ocorra a unificação dos dados sobre a cultura do Brasil, prevista no PNC.

O *site* do SNC consiste em um sistema de articulação, gestão, informação e formação de políticas de cultura, constituído com a participação da sociedade civil. O objetivo do *site* é promover o acesso às fontes de cultura nacional, viabilizando, com isso: a organização dos recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento cultural do país; a promoção das criações dos órgãos gestores da cultura; os conselhos de política cultural democráticos; os sistemas de financiamento com fundos específicos para a cultura; os sistemas de informações e indicadores culturais; os programas de formação e os sistemas setoriais (BRASIL, 2011, p. 15-16). O compartilhamento das informações permitiria a cooperação mútua, a integração e interação na execução das políticas, a ampliação da autonomia dos estados e a transparência (BRASIL, 2011, p.41).

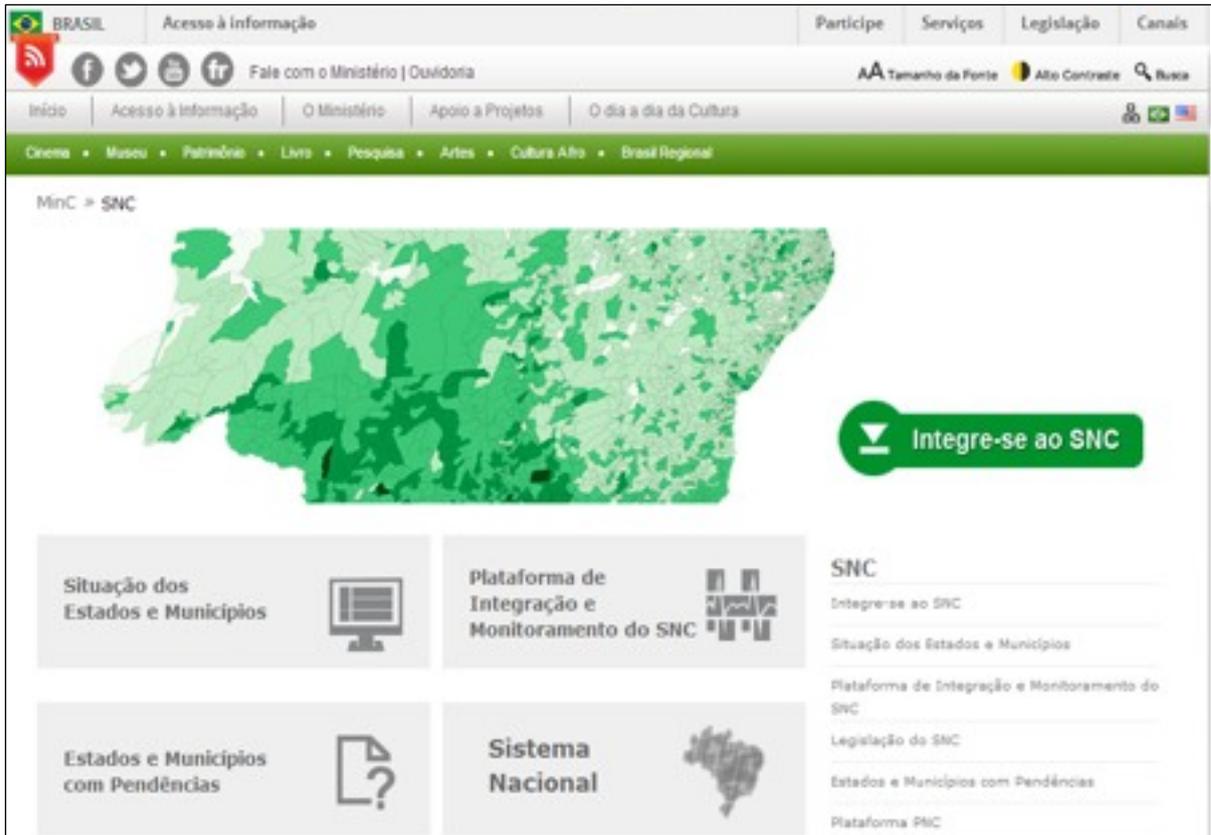


Figura 1: Site do Sistema Nacional de Cultura (SNC) para cadastro dos municípios.

Porém, para que os dados do SNC sejam consistentes, deve haver um elo entre os Órgãos Gestores da Cultura, os Conselhos de Política Cultural e as Conferências de Cultura (BRASIL, 2011, p. 47).

O Conselho Nacional de Política Cultural é formado por pessoas eleitas pela sociedade civil nos colegiados setoriais, formado por integrantes dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais.

As Conferências de Cultura permitem a participação social e a articulação entre Estado e sociedade civil. Juntos, esses setores podem analisar a conjuntura da área cultural e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que conformarão os planos de cultura, nos seus respectivos âmbitos. Esta representação da sociedade civil deve ser paritária em relação ao poder público e seus delegados devem ser eleitos (BRASIL, 2011, p.48).

O direcionamento das Conferências de Cultura pretendido pelo SNC, é primordial para a articulação dos fundos de fomento à cultura. Essa articulação poderá proporcionar recursos e meios para financiar a execução de programas, projetos ou ações culturais.

Deve haver um reforço dos recursos dos fundos nas três esferas de governo, pois eles serão implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento pelos estados, Distrito Federal e municípios, conforme critérios, valores e parâmetros estabelecidos pelas instâncias apropriadas para a respectiva política e reestruturados para atender as necessidades e objetivos da Política Nacional de Cultura (BRASIL, 2011, p.49).

Os levantamentos do SNC poderão permitir o aprimoramento da formação dos gestores públicos, do setor privado, dos agentes culturais e dos conselheiros de cultura, em política e gestão culturais e concretizar as ações pretendidas (BRASIL, 2011, p.51).

É necessário que os agentes culturais e a sociedade civil enfrentem a necessidade de instituir o campo democrático dos direitos (atualmente ausente) e de reversão das carências absolutas, como o problema de moradia, alimentação, saúde etc.

Também precisarão ser enfrentados os “privilégios” das pessoas ou dos grupos que visam dividendos econômicos ou de prestígio; a burocracia, movida por vontades pessoais, representada por grupos e interesses políticos, sociais e econômicos; os bloqueios jurídicos que impedem o exercício efetivo da política; o Poder Legislativo que possui atitudes clientelistas e de favor; a situação física dos equipamentos culturais, sendo que muitos estão interditados, em ruínas, com obras inacabadas, com erros durante o processo de construção, com falta de manutenção e conservação, danificados e furtados; além das expectativas e as frustrações e o despreparo das pessoas que assumem cargos e funções nos órgãos culturais (CHAUI, 2006, p.73).

O papel dos agentes culturais e da sociedade civil

Frente às dificuldades, o papel do agente cultural é de extrema importância, conforme indica Martinell (1999):

Las funciones y competencias de los agentes culturales evolucionan paralelamente a la realidad social, y adquieren una importancia de acuerdo con la función que se les otorga en los planteamientos y contenidos de las políticas públicas. También pueden adquirir un protagonismo desde la perspectiva de su propia iniciativa social, y como elementos de presión sobre las estructuras de las administraciones públicas. Por lo tanto, el papel de los agentes culturales tiene que considerarse como un factor importante para la construcción y significación que puede darse a las necesidades y a las problemáticas de la sociedad .

Além disto, segundo Nogueira (2003), a sociedade civil deve ser mais democrática-radical, isto é, deve ter maior capacidade para agir, agregar e processar, gerando reflexão,

descorporativização e politização. Desta forma, fortalecerá o interesse público e democrático, neutralizando as ações da sociedade civil liberal, que visa somente os interesses particulares, a competição, a refragmentação, a corporativização e a despolitização (NOGUEIRA, 2003, p. 224).

A situação das políticas públicas culturais em alguns municípios do Vale do Paraíba

O projeto *Caravana da Gestão Cultural* percorreu, em maio de 2014, Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba, municípios do Vale do Paraíba, no interior de São Paulo. O projeto atendeu algumas expectativas relativas às políticas culturais do SNC e metas do PNC e mostrou-se um possível alicerce de formação dos agentes culturais em virtude das discussões desenvolvidas, da formação em gestão cultural e política. Entretanto, também diagnosticou questões e problemas importantes em cada município, muitos destes discutidos por Rubim e Chauí anteriormente.

Nos relatórios encaminhados à Oficina Cultural Altino Bondesan, em São José dos Campos, percebeu-se que todos que estavam presentes nas atividades compartilharam informações importantes sobre as políticas culturais e que grande parte dos participantes era constituída de agentes culturais da área da gestão pública local. Em Taubaté houve a presença de entidades culturais privadas, a exemplo do Sesc Taubaté, e em Ubatuba, a presença de gestores públicos da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FundArt), órgão responsável pela gestão municipal da cultura no município, pois a localidade não possui uma secretaria de cultura específica.

Em Taubaté, não esteve presente nenhum participante que representasse o Centro Cultural de Taubaté. A realização do projeto foi conturbada, pois o Centro Cultural de Taubaté não divulgou corretamente a ordem cronológica das etapas do evento, ocasionando atraso na programação. Com isto, grande parte dos participantes intervíram nas ações previstas, em razão da desorganização do Centro Cultural.

Durante o evento, observou-se a presença de poucos coletivos culturais e, não havia representação do movimento social durante as atividades propostas nos municípios. Talvez a restrição a 35 participantes para cada etapa do projeto *Caravana da Gestão Cultural* tenha limitado a participação das entidades.

Nos municípios de Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba – as tradições culturais caiçaras, quilombolas e indígenas estão muito presentes nessa localidade –, nenhum coletivo ou movimento esteve presente. Em Jacareí, compareceram os coletivos: *Espaço Cultural do Morro*, *Jacaré Noise* e o *Núcleo de Audiovisual de Jacareí*. Já em Guaratinguetá, estiveram presentes os coletivos *Aldeia da Luz*, *Aliança Cultural* e *Encontro Cultural*.

O coletivo *Encontro Cultural*, formado por jovens estudantes de Guaratinguetá, só existe por conta do coletivo *Fora do Eixo*, o que prejudica a sua autonomia. Os integrantes do coletivo *Encontro Cultural* alegaram que não sabem produzir eventos, sendo apenas um suporte para os fins do *Fora do Eixo*. A falta de apoio do governo para implantar ações de difusão da cultura, parece redundar da atuação destes agentes, aparentemente despreocupados com a prática da formação crítica dos agentes culturais parceiros.

Esses coletivos atuam como uma sociedade civil social. Segundo Nogueira (2003, p. 230), a sociedade civil social é orientada pela falta de coordenação, com ações em rede, sem prever hierarquias organizacionais. Ela é formada por movimentos dispersos e pela falta de autonomia política do sistema. Produz incentivos libertários e mobilizadores, articula ações direcionadas, cria éticas alternativas, organiza redes e fóruns de resistência, pressiona e encurrala governos e postula novos modelos de políticas públicas, visando a justiça social.

Os mecanismos de incentivo à cultura, propostos pelo SNC, também foram importantes para a compreensão da situação das políticas públicas culturais nos municípios analisados.

Jacareí possui a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), que existe há mais de 10 anos, com o mesmo edital. É mantida por meio do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza). A decisão sobre quais projetos receberão recursos está nas mãos da iniciativa privada local. Segundo Felipe Nobre de Oliveira², membro do Conselho Municipal de Políticas Culturais da cidade de Jacareí e gestor do coletivo *Jacaré Noise*, a lei está em processo de reformulação por meio do Fórum da LIC (Cf. Anexo 1).

Apesar de existirem leis de incentivo à cultura em Pindamonhangaba e em Ubatuba, elas ainda não estão em vigor, pois aguardam a aprovação junto aos órgãos competentes. Em Ubatuba também foi instituído o Fundo Municipal de Cultura, que aguarda um decreto para

² Entrevista concedida ao autor em 09/07/2014.

regulamentá-lo. Esses problemas assemelham-se àqueles descritos por Chauí, na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em 1989, na qual tornava-se difícil o enfrentamento da burocracia e do Poder Legislativo pelo agente cultural.

A situação de descaso com a cultura e com os agentes culturais se agrava em Taubaté e em Guaratinguetá, pois nessas localidades não existem leis de incentivo à cultura.

A Secretaria de Cultura de Guaratinguetá foi criada recentemente, no ano de 2014, mas ainda funciona em sua antiga estrutura, como um departamento, privilegiando o Turismo e a Educação. Algo parecido ocorre no município de Pindamonhangaba. As ações culturais desse município são articuladas pelo Departamento de Cultura, já que não existe uma secretaria de cultura específica. Porém, as ações de Pindamonhangaba parecem estar mais desenvolvidas do que as ações de Guaratinguetá. Até a FundArt articula muito mais atividades para os agentes culturais. Esse quadro gera problemas e desafios aos agentes culturais, tendo em vista as metas a serem atingidas pelo PNC, as ações propostas pelo SNC e o fato de Guaratinguetá não possuir um conselho, um fundo municipal, nem convênios com o Ministério da Cultura.

José Celso da Silva, membro do Movimento Aliança Cultural e do comitê organizador do Festival da Diversidade Cultural de Guaratinguetá, explicou quais são as carências no campo das políticas culturais existentes no município³ (Cf. Anexo 2):

Existe muita precariedade, considerando a última administração, a situação melhorou, tanto que foi criada a Secretaria de Cultura no município e se tem a intenção de criar uma fundação cultural. Mas, ainda se investe muito pouco em estrutura e orçamento para a cultura. A câmara municipal apóia de forma superficial a cultura em nosso município e os eventos culturais vivem da iniciativa de pessoas abnegadas que, de forma guerreira (resistência), através do esforço, mantêm a cultura em movimento e tentam formar um público consciente em relação a nossa cultura e sua importância. Os problemas são vários: falta de recursos financeiros, principalmente por parte da administração pública, em todas as esferas, ou seja, municipal, estadual e federal; a valorização dos eventos comerciais; falta de público; falta de apoio da Secretaria de Educação para inserção da cultura nas escolas municipais e estaduais; desrespeito aos artistas; escassez de espaços físicos para realização dos eventos culturais; falta de estrutura por parte da administração pública; inexistência de um calendário cultural do município, entre outros.

Alguns dos problemas apresentados por José Celso da Silva são semelhantes àqueles dos demais municípios, mas percebeu-se que em Guaratinguetá a situação enfrentada pelos agentes culturais parecer ser ainda mais precária.

³ Entrevista concedida ao autor em 10/06/2014.

Em Taubaté, não se sabe se existe um conselho de cultura: não há transparência nas informações das páginas oficiais da prefeitura e grande parte dos agentes culturais presentes no projeto *Caravanas da gestão Cultural* não sabia responder. Além disto, o município de Taubaté também não possui um Sistema Municipal de Cultura, um Plano Municipal de Cultura, um Fundo Municipal de Cultura e nem convênios entre a prefeitura e o Ministério da Cultura, que permitiriam a efetivação de programas como Ponto de Cultura.

Alexandre Malosti, responsável pela gestão do Museu da Imigração Italiana e do Museu da Agricultura de Quiririm, ambos em Taubaté, comentou que o município atravessa grandes dificuldades e que falta reconhecimento da profissão⁴ (Cf. Anexo 3):

A falta de recursos financeiros com certeza é a maior dificuldade. Não temos repasse de verba por parte do poder público, temos que gerar nossos próprios recursos. A maioria das ações realizadas, que conseguiram dar maior projeção ao museu, foi devido a parcerias realizadas com artistas e profissionais de diversas áreas e apoios culturais conseguidos junto a iniciativa privada e pontualmente com o poder público. As poucas possibilidades para capacitação na área também são uma realidade. Existe na região pouca oferta e muitas delas não possuem continuidade e profundidade. Uma outra dificuldade mais subjetiva e ampla é que trabalhamos e ofertamos ações e atividades culturais para uma sociedade que não demanda cultura. A maioria das pessoas não conseguem nem entender o trabalho e a função que desenvolvemos. A grande demanda é nossa, dos agentes culturais. Nadamos contra a corrente: um sistema inteiro que não valoriza a cultura e a educação.

Malosti também sugeriu⁵ que a falta de articulação do município relaciona-se à defesa de outros interesses:

A atuação do poder público ainda é focada na realização de eventos e não na de fomento.

[...]

Outra questão também é que além de ter poucos recursos apontados no orçamento municipal para área de cultura, também não é transparente como são gastos e onde são aplicados, sendo comprometidos, em sua maioria, com folha de pagamento da secretária e com quantidade excessiva de eventos.

Jacareí, Pindamonhangaba e Ubatuba possuem situações diferentes daquelas descritas anteriormente, uma vez que todos esses municípios possuem um conselho de cultura ativo e as discussões para a efetivação do Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura estão avançadas. Nesses municípios, a criação dos fundos municipais de cultura estão prestes a acontecer, e com isso, em breve, esses municípios conseguirão convênios com o

⁴ Entrevista concedida ao autor em 11/06/2014.

⁵ Entrevista concedida ao autor em 11/06/2014.

Ministério da Cultura para a efetivação de programas e políticas públicas culturais, conforme o proposto pelo PNC e o SNC.

Segundo Marília Lemos Maia, cantora e coordenadora de Projetos Sociais do Departamento de Cultura de Pindamonhangaba, muitas áreas dão apoio a efetivação de novos programas e projetos, visando a melhoria dos agentes locais⁶ (Cf. Anexo 4):

As políticas públicas culturais felizmente estão com os caminhos bem abertos, com bastante apoio do poder executivo e com um departamento que tem feito a diferença entre os setores e secretarias. Há a valorização dos profissionais da arte de Pinda, com programas, como o carro-chefe *Pinda em Cena: a Arte na Rua*, que apresenta os artistas da própria cidade em todas as comunidades de bairros. Há a formação de público e profissionalização dos artistas. O Departamento tem abertura e é parceiro do Conselho Municipal de Cultura. Há cursos de formação, atualização, exposições, peças recebidas pelo ProAc ou outros programas, festivais, *Caravana da gestão cultural do Ipic* entre outras atividades que costumamos exercer em nossas práticas cotidianas.

Para Camila Ferreira Marujo, gerente de Projetos Culturais da FundArt, Ubatuba também está passando por algumas mudanças que visam privilegiar os agentes⁷ (Cf. Anexo 5):

Anualmente há um repasse de 0,8% do orçamento do município, o qual está destinado à realização de ações e eventos culturais, muitas vezes direcionados, privilegiando propostas de governo e não do Estado. O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 2012, já realizou pré-conferências e conferências municipais, elegeu um conselho (Conselho Municipal de Política Cultural de Ubatuba), criou um fundo municipal (ainda não regulamentado) e está agora em fase de elaboração do plano decenal (Plano Municipal de Cultura de Ubatuba). [...] Acredito que com a implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) e toda a sua proposta de mudança na área, não só os gestores públicos, mas também artistas, produtores, agentes e empreendedores culturais tendem a acompanhar o processo e a aperfeiçoar sua atuação política e social.

A adesão destes municípios ao SNC, em breve irá gerar avanços para suas bases de gestão pública e culturais.

⁶ Entrevista concedida ao autor em 12/06/2014.

⁷ Entrevista concedida ao autor em 13/06/2014.

Considerações finais

Após as reflexões teóricas, as análises do relatório do projeto *Caravanas da Gestão Cultural* e as entrevistas realizadas neste estudo, verificou-se que grande parte dos municípios estudados não consegue atingir as metas importantes para um pleno desenvolvimento cultural, pois a maioria deles não possui um conselho aberto para a sociedade local, não está inserida no SNC e ainda não possui um Fundo Municipal de Cultura. Nas localizadas pesquisadas ainda não foi realizado um mapeamento das expressões culturais, alguns municípios não têm uma secretaria de cultura exclusiva e além disso, os gestores e funcionários não possuem formação adequada.

Os municípios de Guaratinguetá e Taubaté terão grandes dificuldades para se articular frente às necessidades do SNC e às metas do PNC, incluindo a elaboração do Fundo Municipal de Cultura. Os dois municípios ainda não possuem nem uma lei de incentivo à cultura.

Conforme Rubim (2007, p.27), as leis de incentivo agridem a democracia, pois o Estado não participa das decisões primordiais, o que dificulta o acesso aos recursos para todos e, sem a distribuição justa desses recursos, o poder das articulações é deslocado para a iniciativa privada (RUBIM, 2007, p.16),

Entretanto, as leis de incentivo são necessárias para a articulação entre os agentes culturais, permitindo o contato entre eles e os parceiros externos, trocas de conhecimento, experiências e intercâmbios de trabalhos. A ausência do incentivo dificulta até mesmo a capacitação e a profissionalização dos agentes culturais, pois os obriga a se deslocarem para outros municípios vizinhos em busca de capacitação na área.

Observou-se durante a pesquisa que grande parte dos municípios possui problemas frente ao Poder Legislativo e outras instâncias. Acredita-se que um órgão que representa o município, deve lutar pelos direitos sociais, como pode ser observado nos municípios de Jacareí, Pindamonhangaba e em Ubatuba. Porém, constatou-se que a cada nova gestão, os processos que estavam sendo articulados muitas vezes são interrompidos por conta de motivos e interesses.

Seria importante que o Ministério da Cultura disponibilizasse cursos *on-line* aos agentes culturais e municípios, sem a necessidade que eles estivessem vinculados aos novos

programas propostos, pois nota-se que os órgãos estão distantes e parte dos agentes desconhecem os caminhos jurídicos.

Em Guaratinguetá e em Taubaté, parece haver um deslocamento do interesse político para os setores de Turismo e a Educação. Muitas vezes, esses setores incumbem-se da responsabilidade de levar cultura às pessoas, em razão da inexistência de um órgão de cultura específico, o que acaba desfavorecendo as manifestações culturais e os agentes culturais locais. Sabendo-se que a cultura é um conjunto inter-relacionado de crenças, costumes, formas de conhecimento, arte etc. que formam um “todo complexo” característico de uma determinada sociedade, em um determinado espaço e tempo (THOMPSON, 2002, p.172), percebe-se a necessidade da organização das ações culturais nessas localidades.

Verificou-se que, mesmo ocorrendo debates, reflexões e avanços nas políticas públicas dos municípios estudados, a cultura “apresentada” ao grande parte do público é a mesma explorada pela mídia. Pode-se sugerir que, em parte, o atrito existente entre as classes artísticas e entre os interesses de determinados grupos ligados à arte está relacionado à estagnação das leis e dos outros métodos de incentivo às produções locais, uma vez que a produção explorada pela mídia é privilegiada. Além disso, a pequena presença dos coletivos na cidade parece advir da mesma problemática, uma vez que as manifestações artísticas culturais da periferia possuem um diálogo distante de quem vive no centro dessas cidades, sendo, muitas vezes, nem notadas.

Os eventos que possuem apelo comercial agravam o quadro descrito anteriormente. A cultura no mundo pós-moderno enfrenta o poder da marca, que confere prestígio apenas aos grandes eventos rodeados de pessoas conhecidas pela mídia.

Nas manifestações culturais tradicionais e na atuação dos coletivos, ocorrem processos diferentes, pois nesses grupos, em razão da resistência, tradição e costumes, não há interesse de apoio financeiro da iniciativa privada. Sabendo-se que as empresas desejam “vitrines” para divulgar seus serviços e seus produtos e que o Estado e o governo geralmente são ausentes, as manifestações culturais tradicionais e os coletivos sofrem as consequências da política cultural atual.

Durante a pesquisa, chamou a atenção o desconhecimento dos processos e das políticas públicas entre os gestores culturais, pois sugere que muitas das pautas solicitadas pelos municípios, como regulamentação de leis de incentivo à cultura, regulamentação para o

avanço dos fundos municipais e a criação de um sistema municipal de cultura, não evoluam por falta dos conhecimentos primordiais.

É importante que as propostas do PNC e do SNC sejam realizadas. Pessoas bem instruídas frente aos equipamentos culturais, podem efetivar melhor suas necessidades, favorecendo o trabalho dos agentes culturais, das manifestações artísticas e da sociedade que reside nestes municípios. O desenvolvimento das ações do PNC e do SNC nos municípios depende do apoio e da presença do Estado e do governo, diferente daquilo que vem ocorrendo historicamente.

Os municípios, por sua vez, precisam ter profissionais preparados e especializados em cada setor, que desenvolvam e atualizem programas e projetos culturais existentes, uma vez que muitos destes projetos são levados para vários municípios do Brasil, com o próprio auxílio do Ministério da Cultura.

Por fim, se existisse, ao menos, a conversão de 1% a 3% de cada imposto ou taxa, seja IPTU ou ISS para a cultura, seria possível avançar na capacitação de artistas, dos agentes culturais e até mesmo, na realização de eventos culturais.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**, 2014. Disponível em: <www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->. Acesso em: 4 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do Plano Nacional de Cultura**, 2011. Disponível em: <www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/3dc312fb-5a42-4b9b-934b-b3ea7c238db2>. Acesso em: 4 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**, 2011. Disponível em: <www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>. Acesso em: 4 jul. 2014.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. pp.65-73.
- MARTINELL, A. Los agentes culturales ante los nuevos retos de la gestión cultural. In: **Revista Iberoamericana de Educación: 50 años de cooperación**, n.20, maio/agosto, 1999. Disponível em: <www.rieoei.org/rie20a09.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.
- NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 216-230.
- RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos**. Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA. Salvador, 2007, pp. 2-13.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 172.
- VAZ, J. C.; FARIA, H.; SOUZA, V. Formação de Agentes Culturais. In: **Boletim DICAS**, Cad. Governo e Sociedade: ideias para a Ação Municipal, n. 95, 1997. Disponível em: <www.polis.org.br/uploads/446/446.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Anexos

1. Entrevista com Felipe Nobre de Oliveira

1. No papel de agente cultural, quais atividades você desenvolve atualmente?

Sou membro do Conselho Municipal de Políticas Culturais da cidade de Jacaré desde 2013, onde represento o segmento música dentro do conselho. Sou idealizador e gestor do Coletivo de produtores, Jacaré Noise Coletivo, onde somos responsáveis por diversas iniciativas para música independente sempre privilegiando o rock dentro do cenário local e regional. Destacam-se as ações: o Festival Infraaudio Convida 2012 e 2013 (Lei de Incentivo a Cultura do Município); o Festival Grito Rock 2014 (Verba da Fundação Cultural de Jacarehy); a Oficina SONORA – Formando Bandas – 2014 (Produção Independente, patrocínios diretos); e o workshop – Gestão Criativa par Bandas de Rock Independente – 2014 (Fez parte da programação da Fundação Cultural em comemoração ao Dia Mundial do Rock).

2. Quais são as maiores dificuldades na área?

Formação de público, apoios reais do poder público, falta de parceria entre os próprios artistas, recursos baixos, falta de espaços com estrutura tanto público como privado. Pra realizarmos eventos musicais aqui, temos que ter criatividade e muita força de vontade.

3. Atualmente, como estão as políticas públicas culturais do seu município? Se existem problemas, cite quais são?

Estou bem entusiasmado com as conquistas da Política Cultural da cidade. Estamos prestes a presenciar a votação da Câmara Municipal para a aprovação do Plano Municipal de Cultura. As metas do PMC foram elaboradas e discutidas pelas câmaras setoriais, onde coordenei todas as reuniões. Tem se discutido nas reuniões do conselho que a partir do ano que vem com o PMC aprovado o Fundo Municipal de Cultura já comece a funcionar. Teoricamente vai bem. Mas na prática, temos muita deficiência de funcionários dentro da Fundação Cultural, agendas de eventos que não funcionam efetivamente, programação mal formada, divulgação pouco eficaz, Lei de Incentivo (LIC) com mais de 10 anos e com o mesmo edital (isso vai mudar, vai rolar o Fórum da LIC em agosto 14), falta ainda muita empresa que pode incentivar mais projetos culturais, espaços públicos abandonados.

2. Entrevista com José Celso da Silva

1. No papel de agente cultural, quais atividades você desenvolve atualmente?

Delego a “Conferência de Cultura de Guaratinguetá”, um dos representantes legais do município de Guaratinguetá na esfera estadual. Membro do Movimento “Aliança Cultural de Guaratinguetá” e do comitê organizador do “Festival da Diversidade Cultural de Guaratinguetá” já na sua IV edição no ano de 2014. Um dos fundadores do referido Movimento e único remanescente do grupo fundador.

2. Quais são as maiores dificuldades na área?

Recursos financeiros principalmente por parte da administração pública em todas as esferas, ou seja, municipal, estadual e federal. Interesse real por parte das pessoas de nossa sociedade nos eventos culturais e valorização desses em detrimento dos eventos comerciais, amplamente trabalhados pela mídia. Formação de público para os eventos culturais. Inserção da cultura na rede educacional seja pública ou privada. Apoio da secretaria de educação para inserção da cultura nas escolas municipais e estaduais. Valorização do artista como um profissional, havendo muita marginalidade. Escassez de espaços físicos para realização dos eventos culturais nas suas diversas manifestações. Falta de estrutura para realização de eventos culturais por parte da administração pública. Falta de um calendário cultural no município.

3. Atualmente, como estão as políticas públicas culturais do seu município? Se existem problemas, cite quais são?

Evoluiu, mas ainda existe muita precariedade, considerando a última administração melhorou, tanto que foi criada a secretaria de cultura no município e se tem a intenção da criação de uma fundação cultural, mas ainda se investe muito pouco em estrutura e orçamento para a cultura, a câmara municipal apoia de forma superficial a cultura em nosso município e os eventos culturais vivem da iniciativa de pessoas abnegadas que de forma guerreira, através de muito esforço mantêm a cultura em movimento e tenta formar um público consciente em relação a nossa cultura e sua importância. Os problemas são vários, como já citados anteriormente.

3. Entrevista com Alexandre Malosti

1. No papel de agente cultural, quais atividades você desenvolve atualmente?

Hoje atuando pela Associação Cultural Circolo Italiano di Taubaté que é responsável pela Gestão do Museu da Imigração Italiana e Museu da Agricultura de Quiririm, desenvolvo atividades voltadas para os museus, consegui ampliar o campo de ação dentro dos museus partindo de conceitos que envolvem maior dinamização do seu espaço, democratização do conhecimento e ampliação do diálogo com a sociedade. Explorando outras funções do museu, como a cultural, a pedagógica e a social está sendo possível elaborar e aplicar projetos diversos envolvendo artistas locais, conhecimento acadêmico, profissionais de áreas diversificadas. Além das atividades já tradicionais dos museus como receptivo de grupos e educativo, realizamos diversos workshops, oficinas culturais, eventos, projetos fixos e contínuos, lançamentos de documentários, cursos, entre outras ações. Conseguir explorar as diversas funções que um museu pode exercer possibilitou ampliação da área de atuação e envolvimento e participação de outros atores sociais, através de parcerias e abertura para a comunidade desenvolver e pensar em ações. Outra atividade hoje exercida com menos intensidade é voltada para área de cerâmica artística, onde promovo cursos e workshops e também montagem de exposições com objetivo de fortalecer esse fazer artístico na região e mostrar que embora sem muito campo de atuação e perspectivas temos muitos ceramistas e escultores locais. Participo também de movimentos locais para valorização da cultura e artistas.

2. Quais são as maiores dificuldades na área?

A falta de recursos financeiros com certeza é a maior dificuldade, não temos repasse de verba por parte do poder público, temos que gerar nossos próprios recursos. A maioria das ações realizadas e que conseguiram dar maior projeção ao museu foi devido a parcerias realizadas com artistas e profissionais de diversas áreas e apoios culturais conseguidos junto a iniciativa privada e pontualmente com o poder público. As poucas possibilidades para capacitação na área também é uma realidade, existe na região pouca oferta e muitas delas não possuem continuidade e profundidade. Uma outra dificuldade mais subjetiva e ampla é que trabalhamos e ofertamos ações e atividades culturais para uma sociedade que não demanda cultura, a maioria das pessoas não conseguem nem entender o trabalho e a função que

desenvolvemos, a grande demanda é nossa, dos agentes culturais. Nadamos contra a corrente, um sistema inteiro que não valoriza a cultura e a educação. Mas é preciso ressaltar que quando é ofertado cultura, essa mesma sociedade que não demanda comparece, então acredito que a demanda ainda pequena ou inexistente possa ser resolvida através dessa oferta e através da possibilidade do acesso democrático, além é claro de busca de soluções para questões mais complexas envolvendo, por exemplo, o sistema educacional, dentre outras.

3. Atualmente, como estão as políticas públicas culturais do seu município? Se existem problemas, cite quais são?

Atualmente muito tímidas ou quase inexistentes. A região embora tenha um potencial turístico e cultural imensos, não vejo políticas consistentes. A atuação do poder público ainda é focada na realização de eventos e não na de fomento. A cidade não pensa e não planeja soluções que possam, por exemplo, criar oportunidades para que artistas locais sejam autossuficientes e possam viver de seu trabalho. A cidade não se integrou ainda as políticas culturais federais, a adesão ao Sistema Nacional de Cultura vem se arrastando e estava parado, existe também desarticulação dos agentes culturais. Referente à adesão ao SNC e a formação do Conselho Municipal de Cultura está sendo retomada novamente, porém com grande descrédito por parte dos agentes e artistas. Outra questão também é que além de ter poucos recursos apontados no orçamento municipal para área de cultura, também não é transparente como são gastos e onde aplicados, sendo comprometidos em sua maioria com folha de pagamento da secretária e com quantidade excessiva de eventos.

4. Entrevista com Marília Lemos Maia

1. No papel de agente cultural, quais atividades você desenvolve atualmente?

Atendo diretamente ao público, oriento sobre cadastramento de artistas, profissionalização de sua arte, realização de projetos, encaminhamentos de atividades culturais para formação de público e disseminação das artes, realização e narração de eventos, como: Projeto Pinda em Cena, montagem mensal de Exposições, Festivais de Música e Teatro, oficinas culturais, peças, corais. Além do trabalho no Departamento de Cultura, atuo como conselheira titular no Conselho Municipal de Cultura, que acaba de obter um CNPJ e já conquistou a abertura de um Fundo de Cultura. Acabo de me inscrever para a formação que o

MINC oferecerá através da UFBA, para construção do nosso Plano Municipal de Cultura. Fora isso, possuo uma banda chamada Daruê e também sou contadora de histórias.

2. Quais são as maiores dificuldades na área?

Em relação ao serviço público, sinto dificuldade na questão do planejamento, a curto, médio e longo prazo, bem como na união propostas com outros departamentos. Brigas de egos, influência política, gestões que quase sempre começam ‘do zero’... Com a falta de um planejamento eficaz, verbas públicas são gastas, e depois novo dinheiro deve ser gasto para corrigir algo que não foi pensado... Fora isso, a quantidade de demanda da cidade é grande e necessitaria mais gente na equipe, contando também com pessoas com conhecimento específico em áreas da gestão cultural e captação de recursos. Gostaria que o poder público tratasse os gastos e ações como uma empresa, aquela lógica dos “5S”. **Planejar** as ações, **traçar** metas e objetivos, **melhorar a comunicação** entre os departamentos. Esse pensamento vem de observar meu marido, que já trabalhou pra uma fábrica, como desenhista industrial e saiu para buscar formação em Artes e Educação. Hoje retorna para a fábrica, com um projeto piloto muito forte em educação, com investimentos, estudos de área, planos e metas claros e também **AVALIAÇÃO**. Falando agora como artista, musicista, sinto dificuldade de gerir meu projeto de gravar um CD, em relação à captação de verbas. Vamos dando aquele jeitinho brasileiro e ‘nos virando’, mas gostaria de ter mais tempo para me dedicar com este assunto. Falando como conselheira de cultura, a maior dificuldade que sinto é ter GENTE comprometida junto conosco na causa da cultura. Sei que os assuntos são muitas vezes técnicos, administrativos – e muitas vezes burocráticos-, mas me vejo assumindo cargos como secretária, não tanto por saber fazer ou gostar tanto, mas por precisar... Enfim, é uma luta demorada, talvez para colhermos frutos bem no futuro, mas ainda assim que vale a pena, por estar abrindo portas. Geralmente ofereço o meu melhor dentro deste serviço de caráter ‘relevante ao Município’, ou mesmo sendo uma servidora pública, para que ecoe o bom uso das verbas e que possamos ter relações mais justas, principalmente na Saúde e Educação, tão sucateados pela corrupção e vergonha política.

3. Atualmente, como estão as políticas públicas culturais do seu município? Se existem problemas, cite quais são.

As políticas públicas culturais felizmente estão com os caminhos bem abertos, com bastante apoio do poder executivo e com um departamento que tem feito a diferença entre os setores e secretarias, existindo a valorização dos profissionais da arte de Pinda, com programas como o carro-chefe Pinda em Cena: a Arte na Rua, apresentando os artistas da própria cidade em todas as comunidades de bairros; formação de público, profissionalização dos artistas; o Departamento tem abertura e é parceiro do Conselho Municipal de Cultura, cursos de formação, atualização, exposições, peças recebidas pelo ProAc ou outros programas, festivais, caravana da gestão cultural do Ipic entre outras são atividades que costumamos exercer em nossas práticas cotidianas.

5. Entrevista com Camila Ferreira Marujo

1. No papel de agente cultural, quais atividades você desenvolve atualmente?

Todas! (risos). Aqui na Fundação como em muitos outros órgãos públicos a falta de pessoal, de mão de obra especializada, faz com que tenhamos de “botar a mão na massa” literalmente. Faço a coordenação geral de projetos ou de etapas específicas, como planejamento estratégico, produção executiva, captação de recursos, plano de comunicação e a gestão de pessoas – apenas o controle financeiro que fica por conta de um setor específico. Além disso, estou diretamente envolvida com a implementação do Sistema Municipal de Cultura onde é possível articular, eu diria: “melhor pensar” as políticas públicas de cultura para os próximos anos. Estamos avançando neste quesito!

2. Quais são as maiores dificuldades na área?

São algumas. Ao meu ver: o valor de repasse de orçamento, em torno de 0,8% do total do município; a capacitação de gestores públicos, assim como a informatização de dados, a articulação e a sistematização das ações culturais. É preciso fazer com que uma iniciativa bacana possa ser entendida e inspirar transformação. Trabalhar em rede, buscar alternativas conjuntas de real eficiência, de inovação. Acompanhar todo o processo que envolve a produção cultural no município. Dar condições para que tanto comunidades tradicionais (caiçaras, indígenas e quilombolas) como artistas independentes possam contribuir com que a

cidade se torne um espaço mais propício à criatividade e à sustentabilidade do próprio setor. Acredito que com a implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) e toda a sua proposta de mudança na área, não só os gestores públicos, mas também artistas, produtores, agentes e empreendedores culturais tendem a acompanhar o processo e a aperfeiçoar sua atuação política e social.

3. Atualmente, como estão as políticas públicas culturais do seu município? Se existem problemas, cite quais são.

A responsabilidade pelas políticas públicas culturais no município é da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba, principal órgão gestor de cultura, de administração indireta da Prefeitura. Anualmente, como citado acima, há um repasse de 0,8% do orçamento do município o qual está destinado à realização de ações e eventos culturais, muitas vezes direcionados. (Dois problemas! – o pequeno valor de repasse e o direcionamento das ações, privilegiando propostas de governo e não de Estado). O município que aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 2012, já realizou pré-conferências e conferências municipais, elegeu um conselho (Conselho Municipal de Política Cultural de Ubatuba), criou um fundo municipal (ainda não regulamentado) e está agora em fase de elaboração do plano decenal (Plano Municipal de Cultura de Ubatuba). Há um compromisso deste governo em dar seguimento ao processo do SMC e fazer com ele esteja em pleno funcionamento. Sabemos que é um projeto de médio a longo prazo, mas o setor artístico-cultural do município já dá sinais de mudanças (Para melhor, sempre!). Artistas, agentes, criativos e produtores culturais têm se empenhado em “fazer acontecer” junto ao poder público (O que é ótimo!). Cito também as duas (e únicas) leis municipais de incentivo à cultura que não estão em vigor por falta de regulamentação. Nota-se ainda um desconhecimento tanto do gestor público como do artista/agente dos meios de financiamento cultural. A ideia (Falo por mim! Risos!) é que junto ao SMC possamos, principalmente, preparar o setor e todos os seus agentes para um novo mecanismo, para que seja realmente eficiente. Por fim, aponto a “tentativa” (Porque ainda estamos caminhando.) de descentralizar as ações culturais no município. A Fundação já desenvolve cursos e oficinas e busca fortalecer a cultura local, mas ainda deixa a desejar no modo como realiza este trabalho. São sempre ações pontuais sem o real envolvimento da comunidade, sem sustentabilidade. Ubatuba tem uma população ainda muito carente por cultura, por novas experiências. Por aquilo que eles (nós) nem sabemos o que é.

6. Autorizações

Ao

CELACC - Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 9, Sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

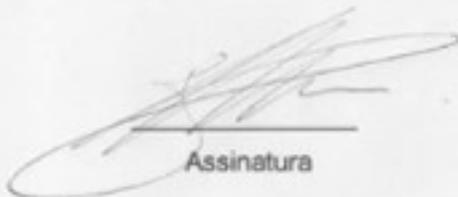
Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluno: Humberto Augusto Meratti de Oliveira

Declaração.

Eu, Felipe Nobre de Oliveira, portador(a) do RG nº 43.500.390-2, autorizo o Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT).

Jacareí, 28, de julho de 2014.



Assinatura

Ao

CELACC - Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 9, Sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

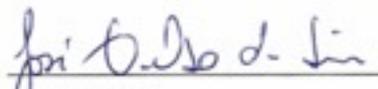
Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluno: Humberto Augusto Meratti de Oliveira

Declaração.

Eu, José Celso da Silva, portador do RG nº 11.958.354, autorizo o Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT).

Guaratinguetá, 27 de julho de 2014.


Assinatura

Ao

CELACC - Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 9, Sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluno: Humberto Augusto Meratti de Oliveira

Declaração.

Eu, Alexandre Malosti, portador(a) do RG nº 20.437.559-9, autorizo o Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT).

Taubaté, 27 de julho de 2014.



Assinatura

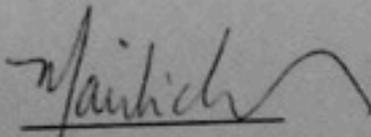
Ao
CELACC - Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 9, Sala 08, Cidade Universitária
CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)
Aluno: Humberto Augusto Meratti de Oliveira

Declaração.

Eu, Marília Lemos Maia, portador(a) do RG nº 24316470-1, autorizo o Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT).

Pindamonhangaba, 28 de julho de 2014.


Assinatura

Ao

CELACC - Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 9, Sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluno: Humberto Augusto Meratti de Oliveira

DECLARAÇÃO

Eu, Camila Ferreira Marujo, portadora do RG nº 45.021.838-7, autorizo o Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT).

Ubatuba, 25 de julho de 2014.



Camila Ferreira Marujo

Apêndices

1. Proposta *Caravana da Gestão Cultural* para a Oficina Cultural Altino Bondesan



Resumo:

A Caravana da Gestão Cultural é uma proposta da IPIIC, que pretende desenvolver, em municípios do Vale do Paraíba e região, uma série de atividades de formação e consultoria. Visando à capacitação continuada em gestão de projetos, de agentes e coletivos culturais.

Para tanto, a Caravana é composta por ações itinerantes, onde uma equipe de gestores da IPIIC irá desenvolver, por município:

- **Clínica de projetos culturais**
- **Workshop: Financiamento a Projetos Culturais: leis de incentivo, políticas públicas e outras possibilidades.**
- **Ação diagnóstica.**

Com a intenção de ampliar o universo de conhecimentos do público atendido, sanar dúvidas pontuais, e compreender as especificidades de cada município.

Clínica de Projetos Culturais

ATENDIMENTO PERSONALIZADO: Espécie de plantão, onde artistas, produtores e demais interessados podem esclarecer dúvidas e compartilhar informações com os gestores da IPIIC. Dentre as possíveis temáticas abordadas estão:

- Editais e leis de incentivo
- Elaboração de projetos
- Orçamento e prestação de contas
- Planejamento estratégico

Workshop: Financiamento a Projetos Culturais: incentivos, políticas públicas e outras possibilidades

A temática dos workshops é o financiamento a projetos culturais. Os objetos de análise serão as possibilidades disponíveis aos agentes culturais, tais como as leis de incentivo, políticas públicas, editais, financiamento colaborativo, entre outras...

Além disso, o público presente terá a oportunidade de fazer uma análise crítica ao cenário contemporâneo: sua conjuntura e os avanços necessários.

Ação Diagnóstica:

Após cada atividade (compreende-se aqui o conjunto das ações supracitadas [clínica e workshop], em cada município) a IPIIC irá elaborar um diagnóstico com base em suas impressões, fundamentas principalmente no diálogo com o público presente. Tal diagnóstico será entregue a Oficina Cultural Altino Bondesan em formato de relatório, contendo inclusive apontamentos para as futuras ações de formação. Garantindo assim a continuidade no processo de capacitação dos agentes culturais Vale Paraibanos.

Assinatura do Responsável pela proposta:

Aluízio Marino

2. Relatório Ipic: Jacareí

O encontro com os agentes culturais e gestores públicos locais foi muito proveitoso. Houve um intenso compartilhamento de informações e conhecimentos, objetivando: (1) a capacitação técnica para elaboração e gestão de projetos culturais; e (2) a análise conjuntural das políticas e ações culturais.

Em Jacareí, os gestores da Ipic elencam os seguintes pontos:

Políticas Culturais:

- Existência de um **conselho de cultura** ativo (Processo nº 119 - Projeto de Lei nº 22/2012). O conselho é paritário, com a presença de sete representantes da sociedade civil e sete do governo municipal. Destacamos que é um conselho consultivo, o que fragiliza a participação efetiva dos agentes culturais.

Sugestão da Ipic: reformular o caráter do conselho, tornando-o deliberativo. Sugere-se também que as cadeiras temáticas do conselho sejam revistas, algumas manifestações culturais, como o HIP HOP, por exemplo, não estão contempladas.

- Existência de uma **lei de incentivo à cultura municipal** (LIC - Lei nº 3648/1995 e Decreto nº 552/2003). Trata-se da única possibilidade de financiamento a cultura local, onde a decisão de quais projetos receberão recursos, está nas mãos das empresas locais.

Sugestão da Ipic: transferir os recursos orçamentários da LIC (entre 1% e 3% do IPTU e do ISS, anualmente – atualmente esse percentual não atinge os 3%, ficando no limite mínimo) para um Fundo Municipal de Cultura. Concomitante a isso, criar editais e mecanismos de financiamento que privilegiem as ações culturais e não a lógica de projetos, ou seja, com possibilidades de apoio a longo prazo e que objetivem a sustentabilidade destas.

- As discussões e ações necessárias à efetivação do **Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura** estão avançadas. Todavia, destaca-se que o caráter deliberativo do conselho municipal é essencial para garantir que tais mecanismos respondam as demandas dos agentes culturais locais.
- Não há um convênio entre a prefeitura de Jacareí e o Ministério da Cultura para a efetivação do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura).

Sugestão da Ipic: estabelecer o convênio com o MinC. Todavia é fundamental que o desenho do edital municipal respeite algumas características da dinâmica cultural local. Uma especificidade fundamental a este edital é que o tempo de atuação dos coletivos proponentes, deve ser analisado a partir de suas ações culturais e não pela data de fundação da ONG.

O “Espaço Cultural do Morro”, coletivo cultural atuante desde 2009, desenvolve ações em rede que fortalecem inúmeras manifestações tradicionais no Vale do Paraíba (perfil muito semelhante a proposta dos Pontos de Cultura). Entretanto, os agentes culturais responsáveis estão em fase de estruturação da personalidade jurídica do coletivo, que em breve, também será uma associação.

Ações Culturais – Agentes e Coletivos Culturais

- É fundamental que os agentes e coletivos culturais locais se articulem em rede para a efetivação das melhorias necessárias ao cenário cultural local (algumas delas apontadas neste relato). Esta rede deve inclusive pautar as discussões e decisões do conselho de cultura. Ou seja, os representantes do conselho devem se, acima de tudo, porta vozes desta rede.
- É importante mencionar as articulações já estabelecidas entre três coletivos culturais de Jacareí (mencionados abaixo). Tais articulações devem ser potencializadas através de políticas públicas, como os pontos de cultura por exemplo, e com a participação efetiva da sociedade, através de um conselho deliberativo.

Dentre os agentes e coletivos culturais que participaram das ações propostas pela Caravana, destacam-se:

- **Espaço Cultural do Morro:** coletivo cultural que desenvolve ações de fortalecimento de manifestações culturais tradicionais e populares, com atuação consistente em todo o Vale do Paraíba.
- **Jacaré Noise:** coletivo cultural que articula a cena musical independente de Jacareí. Já desenvolveram uma série de eventos e circuitos musicais com bandas e artistas do Vale do Paraíba.
- **Núcleo de Audiovisual de Jacareí (em fase de estruturação):** trata-se de um coletivo que está se formando, mas que já desenvolve uma série de ações culturais, principalmente em parcerias com os outros agentes.

3. Relatório Ipic: Pindamonhangaba

O encontro com os agentes culturais e gestores públicos foi muito proveitoso. Houve um intenso compartilhamento de informações e conhecimentos, com destaque a: (1) capacitação técnica dos artistas e produtores locais para elaboração e gestão de projetos culturais; e (2) análise sobre as políticas públicas municipais em conjunto a funcionários do

departamento de cultura, para quem foram passadas algumas sugestões e possibilidades de encaminhamento.

Em Pindamonhangaba, os gestores da Ipic elencam os seguintes pontos:

Políticas Culturais:

- Existência de um **conselho de cultura**, de caráter paritário e deliberativo.
- Há duas leis que tratam de financiamento e incentivo à cultura, contudo, não estão em vigor. Foi formado um Grupo de Trabalho no CMC para estudar as possibilidades de regulamentação da legislação existente.

Sugestão da Ipic: Criação de um Fundo Municipal de Cultura (FMC), com verba orçamentária vinculada. Uma possibilidade é a destinação de uma porcentagem anual do INSS ou do ISS ao FMC.

A definição da *porcentagem* e do *formato* dos mecanismos que irão distribuir os recursos do fundo, *devem estar adequados ao contexto da dinâmica cultural*. Para tanto, esta definição depende de um mapeamento da diversidade cultural de Pindamonhangaba.

Um mapeamento efetivo depende necessariamente da participação ativa do conselho municipal e dos demais agentes culturais.

- As discussões e ações necessárias à efetivação do **Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura** estão caminhando. Neste processo, destacamos a relação harmoniosa entre poder público e boa parte dos agentes culturais.
- Não há um convênio entre a prefeitura de Pindamonhangaba e o Ministério da Cultura para a efetivação do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura).

Sugestão da Ipic: estabelecer o convênio com o MinC. Todavia é fundamental que o desenho do edital municipal respeite algumas características da dinâmica cultural local. Tais especificidades serão melhor diagnosticadas a partir do mapeamento supracitado.

Ações Culturais – Agentes e Coletivos Culturais

- É fundamental que os agentes e coletivos culturais locais se articulem em rede para a efetivação das melhorias necessárias ao cenário cultural local (algumas delas apontadas neste relato). Esta rede deve inclusive pautar as discussões e decisões do conselho de cultura. Ou seja, os representantes do conselho devem ser, acima de tudo, porta vozes desta rede.
- É importante mencionar novamente as articulações já estabelecidas entre parte dos agentes culturais e dos funcionários do departamento de cultura. Tais articulações

devem ser intensificadas, objetivando a construção de um Sistema Municipal de Cultura com mecanismos efetivos.

4. Relatório Ipic: Guaratinguetá

A presença da Ipic no município foi de extrema importância, visto que ações de formação destinadas aos agentes culturais, em Guaratinguetá, são escassas. Na oportunidade, houve um intenso compartilhamento de informações e conhecimentos, objetivando: (1) a capacitação técnica para elaboração e gestão de projetos culturais; e (2) a análise conjuntural das políticas e ações culturais.

Em Guaratinguetá, a visita dos gestores da Ipic resultaram no seguinte diagnóstico preliminar:

Políticas Culturais:

- Existência de uma **Secretaria de Cultura exclusiva**. Tal órgão é recente no município, apenas em 2014 que a pasta se desvinculou da então Secretaria de Educação e Cultura.
- Inexistência de dispositivos importantes para a dinâmica cultural local, são eles: (1) conselho municipal de cultura; e (2) fundo municipal de cultura, bem como outros mecanismos de financiamento a projetos culturais.

Sugestão da Ipic: Entendemos que o município de Guaratinguetá possui uma janela de oportunidade para avançar no debate e na efetivação de políticas culturais democráticas. A recém criação da Secretaria Municipal de Cultura deve ser acompanhada pela efetivação do Sistema Municipal de Cultura, política pública que garante a efetivação de uma série de mecanismos, entre eles os já mencionados (1) conselho; e (2) fundo municipal de cultura.

- Não há um convênio entre a prefeitura de Guaratinguetá e o Ministério da Cultura para a efetivação do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura).

Sugestão da Ipic: estabelecer o convênio com o MinC. Todavia é fundamental que o desenho do edital municipal respeite algumas características da dinâmica cultural local. Uma especificidade fundamental a este edital é que o tempo de atuação dos coletivos proponentes deve ser analisado a partir de suas ações culturais e não pela data de fundação da ONG.

A “Aliança Cultural”, movimento cultural ativo a pelo menos quatro anos, desenvolve ações em articulação com uma série de agentes culturais, visando o fortalecimento da diversidade cultural de Guaratinguetá. Entretanto, os agentes culturais responsáveis estão em fase de estruturação da personalidade jurídica do movimento, que em breve, também será uma associação.

Ações Culturais – Agentes e Coletivos Culturais

- É fundamental que os agentes e coletivos culturais locais se articulem em **rede** para a efetivação das melhorias necessárias ao cenário cultural de Guaratinguetá (algumas delas apontadas neste documento). Tal articulação em rede deve inclusive pautar as discussões e decisões do futuro conselho de cultura, ou seja, os representantes do conselho devem ser, acima de tudo, porta vozes das decisões realizadas pelo conjunto dos agentes e coletivos culturais.
- É importante mencionar que a inexistência de políticas culturais que efetivamente estimulem e fortaleçam a dinâmica cultural local refletem nitidamente em uma fraca articulação dos agentes e, principalmente, em um desconhecimento sobre as possibilidades de alavancar suas ações culturais.

Dentre os agentes e coletivos culturais que participaram das ações propostas pela Caravana, destacam-se:

- **Movimento Aliança Cultural:** movimento cultural que articula uma série de agentes locais, sua principal ação é o Festival da Diversidade Cultural de Guaratinguetá, evento anual, em formato itinerante, que circula uma série de manifestações culturais do município, atendendo inclusive as escolas públicas.
- **Aldeia da Luz:** coletivo de permacultores que estão em fase de desenvolvimento de uma comunidade que irá contemplar ações culturais e ambientais. A comunidade está sendo construída a partir de técnicas de bio-arquitetura.
- **Coletivo Encontro Cultural:** formado por jovens estudantes, é um coletivo inserido na rede fora do eixo. Desenvolvem eventos culturais em espaços públicos do município, especificamente festivais de música e exibição de filmes.

5. Relatório Ipic: Taubaté

O encontro com os agentes culturais foi proveitoso, mas um pouco conturbado por falhas da organização local, sob responsabilidade do Centro Cultural de Taubaté. Houveram uma série de inconvenientes logísticos que acarretaram em um atraso da programação. Além disso, a divulgação realizada confundiu os agentes culturais locais, que ficaram um pouco incomodados.

Em Taubaté, os gestores da Ipic elencam os seguintes pontos:

Políticas Culturais:

- Não ficou claro se há ou não um conselho municipal de cultura em Taubaté. Através de pesquisa nas páginas oficiais da prefeitura não localizamos e as informações dos agentes culturais presentes nas atividades da Caravana foram desconhecidas.

Sugestão da Ipic: A criação de um conselho de caráter deliberativo e, no mínimo, paritário. Caso já exista, que as páginas oficiais divulguem essa informação, entrando em sintonia com as leis federais da transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e do acesso a informação (Lei nº 12.527/2011).

- Inexistência de mecanismos de financiamento a cultura. Aqui também há informações desconhecidas, há uma lei de 2013, que, segundo alguns relatos, foi oriunda da Conferência Municipal de Cultura, realizada no ano passado. Ao que tudo indica o processo de criação da lei não teve prosseguimento.

Sugestão da Ipic: Criação de um Fundo Municipal de Cultura (FMC), com verba orçamentária vinculada. Uma possibilidade é a destinação de uma porcentagem anual do INSS ou do ISS ao FMC.

A definição da *porcentagem* e do *formato* dos mecanismos que irão distribuir os recursos do fundo, *devem estar adequados ao contexto da dinâmica cultural*. Para tanto, esta definição depende de um mapeamento da diversidade cultural de Taubaté.

Um mapeamento efetivo depende necessariamente da participação ativa do conselho municipal e dos demais agentes culturais.

- As discussões e ações necessárias à criação do **Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura** encontram-se estacionadas. Existe uma desarticulação visível dos agentes culturais, e o processo de participação da sociedade civil é fundamental para a construção de um sistema efetivo.
- Não há um convênio entre a prefeitura de Taubaté e o Ministério da Cultura para a efetivação do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura).

Sugestão da Ipic: estabelecer o convênio com o MinC. Todavia é fundamental que o desenho do edital municipal respeite algumas características da dinâmica cultural local. Tais especificidades serão melhor diagnosticadas a partir do mapeamento supracitado.

Ações Culturais – Agentes e Coletivos Culturais

- É fundamental que os agentes e coletivos culturais locais se articulem em rede para a efetivação das melhorias necessárias ao cenário cultural local (algumas delas apontadas neste relato). Esta rede deve inclusive pautar as discussões e decisões do conselho de cultura. Ou seja, os representantes do conselho devem ser, acima de tudo, porta vozes desta rede.

Na cidade é nítido que existe uma desarticulação dos agentes culturais, para ilustrar isto, dos 30 artistas e produtores presentes, nenhum participa de um coletivo cultural. Tal situação é agravada pelo descaso com a cultura, por parte da gestão municipal. Em um cenário como este, existe um sério risco de que interesses particulares determinem aspectos importantes da dinâmica cultural local.

Tal questão será um grande desafio para os agentes culturais de Taubaté. A desarticulação existente será a primeira barreira a ser ultrapassada. A sugestão da Ipic é que seja montada uma programação permanente (ou pelo menos de longo prazo) de encontros para diálogo e formação deste público, talvez a prática da participação transforme o cenário atual.

Dentre os agentes e coletivos culturais que participaram das ações propostas pela Caravana, destacam-se:

- **Bob Nascimento:** produtor cultural e skatista, é responsável pelo desenvolvimento de eventos culturais que envolvem diversas expressões da cultura de rua. Dentre eles, destacam-se as “Skateboard Sessions” (evento com o skate e os elementos do hip hop) e a “Terça Sintonia” (uma espécie de sarau de cultura periférica, o único que acontece na cidade. Disponível em: <www.facebook.com/TercaSintonia?fref=ts>. Cabe dizer que todas as ações supracitadas, são desenvolvidas de forma independente, sem auxílio do poder público ou da iniciativa privada.

6. Relatório Ipic: Ubatuba

O encontro com os agentes culturais e gestores públicos foi muito proveitoso. Houve um intenso compartilhamento de informações e conhecimentos, com destaque a: (1) capacitação técnica dos artistas e produtores locais para elaboração e gestão de projetos culturais; e (2) análise sobre as políticas públicas municipais em conjunto a funcionários do departamento de cultura, para quem foram passadas algumas sugestões e possibilidades de encaminhamento.

Em Ubatuba, os gestores da Ipic elencam os seguintes pontos:

Políticas Culturais:

- A gestão municipal da cultura está sob a responsabilidade de uma fundação, a Fundart. Muitos funcionários e gestores da Fundart participaram das atividades da Caravana, tendo inclusive a oportunidade de tirar dúvidas em nossa clínica.

- Existência de um **conselho de cultura**, instituído em 2013. O conselho possui maioria dos representantes da sociedade civil e caráter deliberativo. Destacamos que nenhum dos conselheiros compareceram as atividades da Caravana.

Sugestão da Ipic: desenvolver uma ação de formação, com ênfase nas políticas culturais e na implementação do Sistema Municipal de Cultura, destinada aos membros do conselho municipal e gestores da Fundart

- Existência de uma **lei de incentivo à cultura municipal**, mas que não está em funcionamento. A mesma lei também institui um **fundo municipal de cultura**, que precisa apenas de um decreto para regulamenta-lo.

Sugestão da Ipic: Elaboração do decreto que regulamente o Fundo Municipal de Cultura (FMC). É fundamental que seja um fundo com verba orçamentária vinculada. Uma possibilidade é a destinação de uma porcentagem anual do INSS ou do ISS ao FMC.

A definição da *porcentagem* e do *formato* dos mecanismos que irão distribuir os recursos do fundo, *devem estar adequados ao contexto da dinâmica cultural*. Para tanto, esta definição depende de um mapeamento da diversidade cultural de Ubatuba.

Um mapeamento efetivo depende necessariamente da participação ativa do conselho municipal e dos demais agentes culturais.

- As discussões e ações necessárias à efetivação do **Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura** estão caminhando. Para que os mecanismos que compõe o sistema sejam efetivos, é necessário que os agentes culturais e o conselho municipal participe ativamente do processo.
- Não há um convênio entre a prefeitura de Ubatuba e o Ministério da Cultura para a efetivação do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura). O desenvolvimento de uma política pública como o Cultura Viva, em âmbito municipal, irá trazer muitos benefícios a Ubatuba, uma cidade cuja diversidade cultural é de uma riqueza que impressiona.

Sugestão da Ipic: estabelecer o convênio com o MinC. Todavia é fundamental que o desenho do edital municipal respeite algumas características da dinâmica cultural local. Uma especificidade fundamental a este edital é que o tempo de atuação dos coletivos proponentes, deve ser analisado a partir de suas ações culturais e não pela data de fundação da ONG.

Tal especificidade, se levada em conta no momento do convênio, poderá privilegiar comunidades de cultura tradicional – tais como remanescentes quilombolas, caiçaras e indígenas – que muitas vezes não possuem uma ONG, mas já desenvolvem suas atividade a muito mais do que dois anos.

- É fundamental que os agentes e coletivos culturais locais se articulem em rede para a efetivação das melhorias necessárias ao cenário cultural local (algumas delas apontadas neste relato). Esta rede deve inclusive pautar as discussões e decisões do conselho de cultura. Ou seja, os representantes do conselho devem se, acima de tudo, porta vozes desta rede.